

O lugar das TIC nos atos normativos federais para a Educação Básica no Brasil: percurso e concepções

Tatiane Custódio da Silva Batista^{1*} (PG) email: tatiane_custodio_silva@hotmail.com, Daniela da Costa Britto Pereira Lima²

Universidade Estadual de Goiás¹, Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás².

Resumo: Sabendo que as políticas públicas percorrem um caminho e diante de atos normativos que defendem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no ambiente escolar, o objetivo é analisar as concepções de educação presentes nos atos normativos decorrentes da formulação das políticas públicas federais a respeito do uso das TIC na Educação Básica. Trata-se de uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, sobre a concepção de educação, a partir de Saviani (2012), Libâneo (1986), dentre outros autores; no que se refere às TIC e a educação, temos como base, principalmente Santaella (2003), Bérivot e Belloni (2009) e Pretto (2001). A análise documental se deu em atos normativos a partir de propostas e discussões federais para uso das TIC no ambiente escolar, buscando perceber concepções de educação que fundamentam os documentos analisados. A partir dos documentos pesquisados, destacamos que a pesquisa mostra um caminho numa perspectiva não crítica e liberal segundo os autores que embasam o trabalho, já que muitos documentos consideram que um programa ou ferramenta encerra problemas educacionais e sociais. Os documentos assumem uma necessidade de formação profissional, ficando evidente a preocupação com questões mercadológicas e produtivas em detrimento de formação humana individual e coletiva.

Palavras-chave: Atos normativos. Tecnologias da Informação e Comunicação. Educação Básica. Concepção de Educação. TIC na Educação.

Introdução

Atualmente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se fazem presentes cada vez mais no nosso dia a dia e em atividades cotidianas, sua presença perpassa o espaço de trabalho, lazer, familiar e está presente também no ambiente escolar. Temos presenciado grandes movimentos para a utilização pedagógica das TIC e assim políticas públicas têm sido apresentadas nesse intuito, embora se perceba muitas vezes a mera utilização técnica dos recursos e a baixa ou nenhuma formação destinada ao professor para a utilização das TIC para a formação do aluno (LIMA, 2005).

Este estudo trata-se de uma análise realizada nos documentos oficiais que orientam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Educação Básica,

considerando documentos importantes na esfera federal. Considera os documentos direcionados a essa temática a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) até os dias atuais. Documentos que sejam percebidos como resultados de políticas públicas fundamentais e direcionadores de práticas no Brasil.

A partir da problemática apresentada, o objetivo geral deste trabalho circula na linha de analisar as concepções de educação e orientações conceituais presentes nos atos normativos decorrentes da formulação das políticas públicas federais a respeito do uso das TIC na Educação Básica.

Para alcançar respostas ao problema de pesquisa tem-se como objetivos específicos: 1. Apresentar compreensões teóricas a respeito da concepção de educação e avaliar a trajetória das tecnologias a partir dos atos normativos de políticas públicas para o uso das tecnologias na Educação Básica, destacando a relação que se dá entre tecnologias e educação; 2. Avaliar Políticas Públicas de TIC para a Educação Básica e a influência do movimento de globalização e de organismos multilaterais nessa educação; 3. Analisar o conteúdo dos documentos decorrentes das regulamentações e das políticas públicas, a fim de perceber a concepção de educação e orientações para o uso das TIC na Educação Básica.

Considera-se que investigar as orientações de documentos oficiais que tratam sobre o uso das TIC é relevante, pois a partir do ponto e vontade inicial de realizar a pesquisa, diversas alterações foram se dando, tanto no âmbito teórico como metodológico, entendendo que como as políticas públicas possuem um caminho percorrido, se torna essencial entender como estas se apresentam enquanto documentos oficiais que assim serão direcionadoras e orientadores de ações na escola.

Diante de leituras e buscas realizadas a fim de realizar a revisão de literatura, não foram encontrados muitos trabalhos diretos sobre a temática e trabalhos que se proponham a estudar as orientações conceituais e políticas que subjazem os documentos oficiais a respeito ao uso das TIC na Educação Básica. Fato que instiga a pesquisa e que dá elementos à relevância desta no meio acadêmico, sabendo que poderá contribuir e subsidiar políticas públicas mais voltadas a necessidades regionais e reais da escola.

Esta investigação se desenvolveu pela análise documental. Os atos normativos analisados são documentos resultados do momento de formulação das Políticas Públicas para o uso das TIC. As Políticas públicas e atos normativos considerados para a pesquisa foram a partir de propostas federais. Assim, utilizamos neste trabalho como técnicas de pesquisa a pesquisa documental e bibliográfica.

Ante o exposto, foram considerados os atos normativos e as teorias sobre a temática, buscando entender e analisar as concepções de educação e orientações conceituais presentes nos atos normativos decorrentes da formulação das políticas públicas federais a respeito do uso das TIC na Educação Básica, considerando assim os documentos a partir da LDB, ou seja, entre 1996 e 2014.

Os atos normativos orientadores do uso das tecnologias da informação e comunicação no país que serviram de base de análise nessa pesquisa foram: LDB – Lei de Diretrizes e Bases (1996); Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo -1997); Plano Nacional de Educação (2001); Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado – 2007); Projeto Banda larga nas Escolas (2008); Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (2010); Programa Um Computador por Aluno (Prouca – 2010); Plano Nacional de Educação (2014).

Para a análise dos documentos foi utilizada a leitura exploratória, com observação de pontos comuns e contraditórios, o que resultou na definição de unidades de análise: Formação para o mercado de trabalho; Concepção de educação; e Visão de tecnologia.

Resultados e Discussão

Ao tratar sobre tecnologias, Santaella (2003) afirma que estas provocam mudanças no trabalho e na vida em sociedade. As mídias como tecnologia e conteúdo adquirem valor formativo, educativo, pois são também meios de divulgação de conteúdos, e são tecnologias midiáticas. Essas tecnologias estão presentes no cotidiano escolar. Alunos e professores são usuários dessas mídias.

Neste sentido, Bévort e Belloni (2009) definem como Tecnologia da Informação e Comunicação, as mídias de televisão e suas variações (videocassete, DVD, antena aberta, por assinatura), os jogos de vídeo (videogames) e também de computador, como as filmadoras de vídeo e máquinas fotográficas, MP3, telefones celulares e redes. Ou seja, para a autora, TIC são ferramentas que possibilitam e

facilitam a informação, interação e a comunicação do homem com seus pares, levando em conta que são construções e apropriações históricas.

Assim como Bévort e Belloni (2009) e Santaella (2003), entendemos tecnologias como construção humana e apropriada historicamente e que carregam bagagens culturais e sociais. São desta forma, mais que recursos. As TIC necessitam do homem para existir e para serem utilizadas.

As Tecnologias da Informação e Comunicação tem sido tema presente na sociedade atual e tem se apresentado cada dia mais no ambiente escolar. Para isso, políticas públicas têm sido desenvolvidas abordando tal tema, o que aumenta a necessidade de se entender e conhecer o que tais políticas propõem e a partir de que embasamento estão sendo inseridos ou “impostas” as escolas.

Em relação a Educação, Mészáros (2005) a trata em um sentido amplo do termo, afirmando que se trata de uma “internalização” pelos sujeitos de legitimidade e da posição que atribuíram a estes na chamada hierarquia social. O autor defende que somente a mais ampla concepção de educação pode ajudar a prosseguir no objetivo de verdadeira mudança, possibilitando a obtenção de instrumentos que possam romper com a lógica mistificadora do capital. Ele trata da educação como calcada pelo capital, levada e direcionada por lógicas que atendam a esse sistema. Para uma educação que possa ir além do capital é preciso pensar em uma sociedade para além do capital, ou seja, o que tem direcionado não só a educação, mas as ações da humanidade é o atendimento a questões determinadas pela classe dominante.

A análise dos atos normativos foi fundamentada principalmente pela definição de Saviani (2012) a respeito da concepção de educação histórico-crítica e não-crítica e a partir do que Libâneo (1986) trata sobre as concepções de educação liberais e progressivistas.

Para Saviani, as teorias não críticas encaram a educação como autônoma, buscando entende-la partindo dela mesma, onde a educação se dá como instrumento de corrigir as distorções da sociedade, reforçando laços sociais, promovendo coesão e garantindo que todos os indivíduos sejam integrados no corpo social. Já em relação a concepção de educação histórico-crítica ou dialética, o autor defende que é preciso de uma teoria pensada pela classe dominada, afirmando que o “papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa

bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes” (SAVIANI, 2012, p. 31).

Libâneo (1986) afirma que a tendência liberal apareceu como justificativa do sistema capitalista, defendendo a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, uma organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção (uma sociedade de classes). Nesta visão a escola tem função de preparar indivíduos para desempenhar papéis sociais, segundo aptidões individuais. Estes indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, por meio do desenvolvimento da cultura individual. É difundida a ideia de igualdade de oportunidades, mas não leva em conta a desigualdade de condições.

Os autores utilizados nesse trabalho expressam o que entendemos por educação e suas possibilidades de emancipação, libertação e principalmente de transformação social. Não negamos a influência e força política e mercadológica na ação pedagógica. Mas defendemos que educar vai além do sentido de ser incluído na sociedade organizada de forma fragmentada. A educação possibilita fazer parte do mundo, ir além do que está posto, possibilita mudar, ousar, ir e vir, fazer diferente. É um sentido de pessoa ativa, coletiva, com coragem para o bem viver comum.

Para essa educação, para esse sentimento, não basta expor conteúdos, transmitir saberes, incluir social ou digitalmente, é preciso pensar junto, refletir, criticar e fazer o melhor para todos, não apenas para uma parcela. Pensar em si é importante, mas o fundamental em uma educação progressista como defende Freire (1996) é pensar em todos. Sem demagogias, educação é fugir do egocentrismo, é ir além do capital, do urgente.

Em relação as TIC, educação é ir além do técnico e até mesmo do pedagógico, é pensar em mudar, é ser crítico, e poder transformar a partir, pela ou apesar das TIC. Essas são instrumentos na mão do sujeito educado, na mão do cidadão, e ele pode usá-la, ensina-la e aprende-la e se necessário transformá-la pela educação, e não somente reproduzi-la.

Em relação a concepção de educação percebemos duas questões principais nos documentos: uma é o ponto de não se apresentar nitidamente a concepção de educação que defendem e outra é que muitos falam de uma educação crítica, que ajuda a refletir e pensar, mas defendem práticas que estão mais voltadas para uma

visão não crítica e/ou liberal de educação, principalmente se tratando do uso das TIC.

No Plano Nacional de Educação (2014-2024) podemos perceber a proposta de aumento da qualidade do ensino e melhora das notas do Ideb, por meio das TIC, a estratégia prediz

7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas (p. 29).

Neste excerto as TIC estão sendo relacionadas com a possibilidade de práticas pedagógicas inovadoras, melhora do fluxo escolar e da aprendizagem, o que pode acarretar no aumento e “melhoria” do Ideb nacional. A concepção de educação em relação as TIC é apresentada principalmente voltada para questões estruturais, técnicas e mercadológicas, pouco relacionada a questões pedagógicas e de reflexão teórica.

Já o documento do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo (2007), defende como objetivos:

I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais; II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação; III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa; IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas; V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais (BRASIL, Proinfo, 2007).

Neste excerto podemos perceber que os objetivos do programa estão voltados para a utilização da educação como instrumento de preparação dos jovens de ensino fundamental e médio, não se trata de pensar as tecnologias e suas influencias na sociedade e da sociedade nessas tecnologias, ou seja, discutir as questões sociais provenientes desta relação TIC <-> Sociedade. O que se vê, basicamente, é a utilização das tecnologias como meros equipamentos, se distanciando e muito de uma concepção crítica de educação.

A respeito das tecnologias, as vemos como construção humana e apropriada historicamente, carregando bagagens culturais e sociais. São desta forma, mais que

recursos, pois as TIC necessitam do homem para existir e para serem utilizadas, ou seja, as tecnologias entendidas como construídas e pensadas pelo homem, a fim de facilitar ou aprimorar suas necessidades.

Podemos perceber a estreita ligação que há e tem sido feita entre a educação e o uso das TIC e conseqüentemente a necessidade de formação de professores que é exposta em discursos e nas linhas dos documentos oficiais para o uso das tecnologias na educação básica. Nos documentos muito se fala sobre inclusão digital de todos, por vezes, se referindo a essa inclusão como diferencial na educação e na vida do aluno.

O projeto UCA é apresentado como esforço para a resolução do problema de expansão e apropriação das tecnologias digitais em diferentes regiões brasileiras, com a universalização e democratização do acesso e utilização das tecnologias digitais entre estudantes e educadores da rede pública. O ProUCA “tem como objetivo ser um projeto Educacional utilizando tecnologia, inclusão digital e adensamento da cadeia produtiva comercial no Brasil” (UCA Bahia). De forma que a defesa do programa é então, de tornar o Brasil competitivo quanto a Tecnologias da Informação e Comunicação, estimulando nos alunos novas habilidades e competências, que são exigidas na era digital.

Questões que nos fazem refletir na visão de tecnologia presente nos documentos e no resultado que pode levar essa visão, como uma concepção de educação distorcida, uma formação técnica e principalmente que não provê mudança, mas está voltada para a manutenção do capital e preparação para o mercado de trabalho, de forma que busca garantir que a sociedade continue caminhando exatamente no mesmo caminho.

Se tratando da formação para o mercado de trabalho, destacamos aspectos que fazem refletir a respeito do entendimento que os autores aqui citados têm em relação ao modelo e as propostas de educação para a escola atual. Em contramão aos pressupostos utilizados pelos autores, nos documentos e ações para a educação atual é perceptível a predominância da visão empresarial e economicista, em detrimento da formação humana e coletiva.

A Educação Básica brasileira abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, nessa fase a educação deve formar o cidadão para o bem viver em sociedade, para o coletivo e para a relação humana, perpassando logicamente por

uma formação para o trabalho e também para o profissional. O que se vê é que essa lógica está distorcida. Na qual o profissional é buscado a qualquer custo, por vezes, deixando de lado o bem viver e a relação humana. Paro (1999) afirma que

Quando se examina a prática e se analisa com frieza o que a escola procura fazer, na ação de seus professores e no atendimento às aspirações e expectativas de seus usuários, o que aparece sempre como perspectiva essencial é o mercado de trabalho (agora, visando o emprego imediato; no futuro, visando à preparação para a universidade) (p.9).

Nos documentos pesquisados identificamos momentos claros dessa lógica de formação para o mercado e meramente profissional, essas atribuições são presenciadas principalmente nas orientações para o Ensino médio e em programas para a comunidade.

Em relação ao Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO (1997),

Mudanças nos sistemas de conhecimento da sociedade implicam transformações em operações produtivas e nos negócios, levam à criação ou substituição de produtos e à racionalização de procedimentos decisórios. O conhecimento acelera processos, torna instantâneas inúmeras ações de interesse econômico e gera um novo quadro organizacional caracterizado, principalmente, pela flexibilidade decorrente da utilização de equipamentos informatizados e programáveis. Este quadro determina profundas alterações no mercado de trabalho (BRASIL, 1997, p.5).

Tal documento deixa clara a intenção do programa em investimentos material e de capacitação humana para a utilização das tecnologias no ambiente escolar, especificamente para o ensino fundamental e médio, principalmente relacionando a economia e processos produtivos, captação profissional e de mão de obra.

De fato, como afirma Paro (1999) é perceptível que nos documentos o termo preparar para o trabalho, na maioria das vezes está defendendo-se preparar para o mercado de trabalho e capacitar mão de obra.

É pertinente trazer aqui novamente o excerto do UCA que propõe uma utilização das tecnologias digitais na escola pública, definida pela necessidade de: “melhoria da qualidade da educação; inclusão digital; **inserção da cadeia produtiva brasileira no processo de fabricação e manutenção dos equipamentos** (BRASIL, 2007, p. 12) grifo nosso.

Destacamos que a necessidade de qualidade da educação está intimamente ligada a concepção de educação não crítica, já que considera que um programa ou uma ferramenta tem capacidade de acabar com problemas educacionais e sociais. Ao falar de inclusão digital, mostra uma visão de tecnologia voltada para a

manutenção da maneira que está sendo dirigido o uso das TIC no ambiente escolar, imaginando que inclusão social garante transformação social. Sobre a necessidade de inserção da cadeia produtiva brasileira no processo de fabricação e manutenção dos equipamentos, é evidente a preocupação com questões mercadológicas e produtivas em detrimento de formação humana e coletiva.

Considerações Finais

Em resposta ao objetivo proposto, entende-se principalmente que em relação a educação e a utilização das tecnologias, defendida nos documentos, não prevalece a ideia e necessidade de uma formação para transformação social, no máximo prevê inclusão em um sistema alienado e fragmentado, ou seja, busca-se nas políticas reforçar o modelo que está vigente e envolver os estudantes desse modelo, de preparação para o mercado e capacitação de mão de obra para o capitalismo, a partir de ações técnicas e produtivistas destacadas nos atos normativos, especialmente ao tratar das TIC para a educação.

Assim, a concepção de educação que impera nos documentos é em uma visão não crítica e liberal, de forma que o que é priorizado não é a classe que usufrui da educação, a classe que precisa, mas os ideais e desejos de uma classe dominante são atendidos em detrimento da formação humana e social para um bem viver melhor da população geral que já se vê tão excluída e impossibilitada diante da sociedade que lidera o Brasil.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora pelo apoio nesta caminhada acadêmica, a Universidade Estadual de Goiás por bolsas que auxiliam nas necessidades advindas com o mestrado e também ao programa de pós-graduação Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologias pelos conhecimentos construídos até aqui.

Referências

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>> Acesso: 01 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Centro de Inclusão Digital. 2001. Disponível em: <

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/315715/Documento_de_Referencia_para_Apresentacao_Habilitacao_e_Selecao_de_Projetos.html > Acesso: 07 jan. 2016.

BRASIL. MEC, FNDE, Proinfo Integrado, 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/proinfo-apresentacao>> Acesso: 14 jan. 2016.

BRASIL. MEC. Programa Um computador por Aluno, 2007. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso: 14 jan. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Estratégias cognitivas do professor na aprendizagem do uso do software everest: contribuições para uma metodologia de formação docente. Dissertação (Mestrado em Educação) – Goiânia, UFG, 2005.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARO, Vitor. Parem de preparar para o trabalho! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, C. J. et al; (orgs). Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola. São Paulo: Xamã, 1999, p. 101-120. Disponível em: <www.edilson santos.pro.br/textos/paremdeprepararparaotrabalho.doc> 10 jul. 2014.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. Porto Alegre. Revista FAMECOS. nº. 22, p. 23-32, 2003.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.